

Prefeitura aceita proposta para os recursos da CPFL em iluminação

Secretaria de Negócios Jurídicos vai reorganizar a proposta em projeto de lei que será enviado à Câmara Municipal

TÂNIA MORBI

Um dia antes do prazo determinado pelo Ministério Público Federal (MPF) para que se decidisse a forma como a CPFL Energia fará o investimento na rede de iluminação pública de Bauru, a prefeitura apresentou, nesta quinta-feira (31), a proposta que encerrou esta fase da discussão, prevendo o aumento do percentual de investimentos da Contribuição de Iluminação Pública (CIP) e a criação de um fundo de onde sairão os recursos que serão repassados aos cerca de 50 municípios beneficiados pela ação na qual a companhia de energia foi condenada e que gerou o acordo com o MPF.

Na reunião em que foi aprovada a proposta, tanto pelo procurador da República Pedro Antônio de Oliveira Machado, responsável pelo andamento do acordo, quanto pela prefeita Suellen Rosim (PSC), participaram representantes da companhia, o vereador Júnior Rodrigues (PSD), o presidente da Câmara, Markinho Souza (PSDB), e o secretário de Finanças, Everton Basílio.

Um dos pontos da proposta considerou a queda do poder

MUDANÇA

Percentual de investimento da CIP vai chegar a 30%

de investimento em iluminação pública que a prefeitura terá, após a troca prevista pela CPFL das 14 mil lâmpadas convencionais por led, uma vez que reduzindo o consumo também haverá queda na arrecadação da CIP, estimada em até 40%, segundo o secretário.

Por isso, a prefeitura enviará à Câmara projeto de lei reajustando o percentual de investimento da CIP de 15% para 20% neste ano e 30% a partir de janeiro de 2023, para compensar a redução. Como a CIP é paga pelos contribuintes em forma de rateio, a partir do valor total do custo da energia, apesar do aumento no percentual, a expectativa da prefeitura é que o valor pago pelo contribuinte seja igual ou até inferior ao que é pago hoje, uma vez que o montante da conta será menor. "Tanto prefeitura como contribuinte ganham por trocar a iluminação por uma mais se-



Reunião ontem levou à mesa de negociações representantes de todas as partes envolvidas

gura, que gasta menos, mantendo o equilíbrio no investimento da própria rede, uma vez que o que é arrecadado com a CIP vai para pagamento da conta e investimento na própria iluminação", afirmou.

FUNDÃO

Um dos entraves para levar o acordo e os investimentos adiante era a necessidade de alterar a destinação da CIP, com a mudança da lei, para que a economia gerada fosse repassada para os municípios por meio do mesmo fundo que reúne os recursos da CIP paga pelos con-

tribuintes bauruenses.

Porém, um parecer da Procuradoria Jurídica da prefeitura indicou que as mudanças seriam possíveis, mas com duração apenas até dezembro de 2023, quando vence o prazo estabelecido pela Emenda Constitucional 93, que permitiu a desvinculação de até 30% das receitas relativas a impostos, taxas e multas.

Então, a proposta aceita é de criação de fundo específico para receber os recursos que serão destinados pela Prefeitura de Bauru, como forma de adiantamento, e que serão re-

passados aos municípios, por meio de convênio ou consórcio.

A Secretaria de Negócios Jurídicos trabalha agora para definir, em Projeto de Lei (PL), como será estruturado o fundo e de que forma será feito o rateio com os municípios, e depois enviar o PL para discussão na Câmara de Vereadores.

Segundo Everton, a proposta também garante a viabilidade da PPP da iluminação, cujo estudo apenas precisará ser atualizado. "Importante que o investimento não inviabilizará em nada a sequência da PPP", afirmou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP